



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



MESTRADOS PROFISSIONAIS E PERSPECTIVAS ACADÊMICAS PARA SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Linnik Israel Lima Teixeira

Universidade Federal do Ceará

linnik.lima@gmail.com

Antônio Jones Bezerra de Almeida

Universidade Federal do Ceará

almeida.ufc.2010@gmail.com

Werlon Marques Souza

Universidade Federal do Ceará

Maria Elias Soares

Universidade Federal do Ceará

melias@ufc.br

Alberto Sampaio Lima

Universidade Federal do Ceará

albertosampaio@ufc.br

Liana Siqueira do Nascimento Marreiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Liana.marreiro@ifpi.edu.br

RESUMO

O estudo tem o objetivo de mostrar nas contribuições do mestrado à carreira acadêmica do egresso, como instrumentos de ampliação de oportunidades e qualificação do servidor, especificamente para os servidores egressos do Mestrado Profissional em Políticas públicas da Educação Superior (POLEDUC) da Universidade Federal do Ceará. O trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa documental, censitária, exploratória e descritiva, na qual a unidade de análise é composta pelos estudantes egressos do POLEDUC, pertencentes às turmas de 2007 a 2014. O levantamento dos dados profissionais e acadêmicos dos Lattes dos os egressos foi realizado em junho de 2016, totalizando 146 egressos, excluindo-se os cancelamentos e desistências. O levantamento realizado indicou prevalência de mulheres e servidores da área administrativa das instituições de ensino superior. Verificou-se também que apenas metade dos estudantes publicou algum artigo durante curso, e apenas um terço publicou após o mestrado. Em relação aos aspectos de continuidade na carreira, poucos egressos ingressaram em programas de doutorado e, entre os técnicos, cerca de 14% exerceram alguma atividade docente após o mestrado. Os resultados indicam que a maioria dos egressos do POLEDUC não apresenta continuidade na carreira na perspectiva acadêmica.

Palavras chave: Pós-graduação. Mestrado Profissional. Técnico-administrativos em Educação..

1. INTRODUÇÃO

A profissionalização dos servidores públicos no Brasil é uma temática que vem avançando nas últimas décadas. A adoção da Administração Pública Gerencial e o aumento da complexidade das demandas populares requerem funcionários preparados, sobretudo com capacidade reflexiva e gerencial.

Nesse sentido, Bittencourt e Zouain (2010, p.78) ratificam a importância da profissionalização, afirmando que há um consenso internacional sobre a relação direta entre desenvolvimento econômico e qualidade da administração, em que é essencial capacitar servidores de forma técnica e gerencial para viabilizar a implementação de políticas públicas.

Essa busca pela qualidade do serviço público trouxe, em sua envergadura, uma forte necessidade de qualificação. Nas instituições públicas, em especial as instituições federais de ensino superior (IFES), a dimensão da educação continuada dos técnico-administrativos em educação (TAE) passa a integrar ativamente o processo construtivo da gestão estratégica nas instituições de Ensino Superior, na medida em que são atendidos os anseios de crescimento profissional dos servidores e a necessidade de qualificação dos serviços (OLIVEIRA et al., 2015).

O aperfeiçoamento do Capital Humano torna-se significativo tanto para o Estado, como um conjunto de instituições que prestam serviços à sociedade, como para a Instituição, cujos serviços e gestão tornar-se-ão um diferencial, e para o servidor, que abandonará a inércia de um cargo efetivo, no qual se estagnariam a busca por suas próprias melhorias e as melhorias da própria organização.

Portanto, no âmbito do serviço público, as IFES se apropriam do papel de arrimo e de principais executoras dessa qualificação para oferecer a formação de seu pessoal. Indo mais além, Barros, Valentim e Melo (2005) concretizam a ideia de qualificação por meio dos mestrados profissionais que, para os autores, é incumbência das IFES, em estreita sintonia com os setores demandantes, promover a capacitação de modo a atender as necessidades de organizações empresariais, públicas e sociais.

Os mestrados profissionais emergem, nesse cenário, como uma forma de as IFES oferecerem aos TAE a qualificação que se faz mister para o aperfeiçoamento da gestão e qualificação dos serviços oferecidos pela Instituição, oferecendo um conjunto de características que permitem aos servidores pleitear um curso de pós-graduação. Barros, Valentim e Melo (2005) esclarecem que os mestrados profissionais devem ser caracterizados por sua flexibilidade, diversidade e preservação do vínculo “pesquisa e ensino” na sua formulação.

Na Universidade Federal do Ceará, o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) é destinado a profissionais, docentes ou técnicos na área da Educação Superior. O curso, portanto, pretende contribuir com a elevação da qualificação dos servidores da Educação Superior, resultando na melhor profissionalização do serviço público. Ao mesmo tempo, o POLEDUC representa uma importante fonte de desenvolvimento de carreira para os servidores das universidades, tendo em vista a sua proposta de qualificação para o trabalho e a ampliação do horizonte de oportunidades, como a inserção na pesquisa e no ensino superior.

O presente trabalho objetiva apresentar um perfil dos egressos do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), entre os anos de 2007 e 2014, e identificar as possíveis modificações ocorridas na Carreira dos TAE, no âmbito da Universidade Federal do Ceará.

Considerando que as informações dispostas na Plataforma Lattes permanecem disponíveis on-line de fácil acesso, [...] (GUEDES, 2015 apud ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2015, p 4), o estudo consistirá em uma explanação teórica das principais contribuições dos mestrados profissionais aos servidores, em documentos

disponibilizados no Portal da Capes e na análise dos Currículos na Plataforma Lattes dos Egressos.

Ressalte-se que o trabalho ora apresentado faz parte de uma pesquisa inicial sobre o desenvolvimento e oportunidades de carreira dos egressos do POLEDUC, ou seja, os resultados são preliminares. Posteriormente, na segunda etapa da pesquisa, os egressos responderão um questionário para identificação de habilidades e oportunidades de carreira obtidas após a conclusão do mestrado e não abrangidas pelo currículo Lattes. A introdução deve conter as ideias que serão apresentadas no decorrer do texto do artigo - tema da pesquisa - e seus objetivos, uma síntese da metodologia utilizada na pesquisa, questões norteadoras e/ou hipótese, a justificativa do trabalho e suas limitações.

2. MESTRADOS PROFISSIONAIS: DA CRIAÇÃO À MANUTENÇÃO

Considerando a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação no ensino superior brasileiro e, tendo em vista a imprecisão que reinava sobre a natureza desses cursos no País, (BRASIL, 1965, p.01) o Ministério da Educação e Cultura (MEC) aprovou, em 03 de Dezembro de 1965, o Parecer nº 977/65 - Câmara da Educação Superior (C.E.Su). Embasado em pressupostos contidos na Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e, tendo como relator o Professor Newton Sucupira, esse Parecer não apenas definiu, mas regulamentou a pós-graduação no Brasil. O documento, hoje conhecido como "Parecer Sucupira", conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes como é até os dias de hoje. (BRASIL, 2014)

Por meio da Portaria 47 de de 17 de outubro de 1995, a Capes determinou a implantação de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional (BRASIL, 1995), criam-se assim os Mestrados Profissionais no País que foram, posteriormente, regulamentados por meio da Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998 e, por fim, pela Portaria normativa nº 17 da Capes, de 28 de Dezembro de 2009. A Portaria nº 17 explica que os mestrados profissionais se justificam pela:

[...] necessidade de estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público; [...] necessidade de identificar potencialidades para atuação local, regional, nacional e internacional por órgãos públicos e privados, empresas, cooperativas e organizações não-governamentais, individual ou coletivamente organizadas; [...] necessidade de atender, particularmente nas áreas mais diretamente vinculadas ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo, a demanda de profissionais altamente qualificados; [...] necessidade de capacitação e treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços em consonância com a política industrial brasileira[...]; (BRASIL, 2009, p. 20)

Apesar dessas características peculiares que os MP assumem, Quelhas, Faria Filho e França (2005, p.98) enfatizam que “o Mestrado Profissional é um mestrado stricto sensu e, portanto, obedece aos procedimentos típicos dessa modalidade”. Hetkowski (2016, p. 13) acrescenta que a CAPES e toda a legislação que o normatiza [preconizam] que o modelo de MP é direcionado à capacitação profissional, embora os níveis e padrões de exigência sejam os mesmos adotados por qualquer Programa de Pós-graduação, sejam Profissional ou Acadêmico, com destaque essencial na variedade de opções à apresentação de Trabalhos de Conclusão de Cursos em relação ao mestrado acadêmico.

Essa relação entre os MP e a qualificação destinada ao trabalho e ao sistema produtivo foi acompanhada de intensos debates. Críticos da modalidade de ensino apontam os MP como um aprofundamento das relações mercadológicas no meio acadêmico. Ribeiro (2010) concorda parcialmente com essa crítica, afirmando que tais relações só ocorrerão se as universidades assim permitirem, pois, na verdade, os MP trazem o desenvolvimento de novas

competências e contribuições sociais e direcionam a pós-graduação para uma orientação mais coletivista e prática. Melo e Oliveira (2005) complementam que os MP foram concebidos pela justificativa de exigência dos mercados profissionais de pós-graduados que articulassem conhecimento com as práticas do mundo de trabalho. Reunindo as perspectivas de melhorias que os MP possibilitam, Silveira e Pinto (2005, p. 39) corroboram afirmando que

esses cursos também trazem um outro importante diferencial para a sociedade e para o próprio mestrando, que é produto desse mestrado: a ênfase na adição de valor social ao mercado de trabalho e à comunidade em geral, focando a profissionalização e gestão das mais diversas formas de atividades sociais, empresariais, tecnológicas e até culturais.

Além da ampla discussão que o Campo e a forma de atuação dos MP remetem, um dos pilares (e ponto polêmico), no entanto, é o autofinanciamento. De acordo com Ribeiro (2005), o autofinanciamento é um desafio para as IES públicas brasileiras, visto que a Constituição Federal e a legislação proíbem a cobrança de mensalidades ao alunado, fato que torna o MP mais implementado nas universidades privadas.

De acordo com Giacomazzo e Leite (2014, p. 483) e documentos apresentados em 2011 pelo Fórum Nacional dos Mestrados Profissionais (FOPROF), em 2011,

as reflexões e proposições para sua avaliação e sustentabilidade indicavam os seguintes desafios a serem enfrentados pelos MP: a falta de adesão do mundo do trabalho aos Mestrados Profissionais; a elaboração de um modelo de financiamento dos Mestrados Profissionais nas IES públicas; fomento aos Mestrados Profissionais por intermédio da articulação dos governos federal, estaduais e municipais em algumas áreas estratégicas; aperfeiçoamento da Avaliação da Capes dos Mestrados Profissionais; avaliação ser realizada pelos pares com experiência em Mestrados Profissionais.

Atualmente, há discussões no seio do Legislativo Federal sobre a aplicabilidade de cobranças de mensalidades para, dentre outras modalidades, o mestrado profissional em universidades públicas, como assegura Morgado et al. (2011), o FOPROF elaborou um Projeto de Lei para ser encaminhado ao Congresso Nacional, instituindo modelo de financiamento dos cursos de pós-graduação, articulado com MEC, Ministério da Ciência e Tecnologia, CAPES, os tribunais federais e a Advocacia Geral da União.

Outrossim, os debates acerca do assunto não se exaurem, principalmente em decorrência da implementação da política de cortes nos investimentos para a Educação, particularmente das verbas do Programa de Apoio à Pós Graduação - PROAP para o ano de 2015.

3. QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO COMO PRESSUPOSTO DE QUALIDADE DO SERVIÇO E DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

No Brasil, a preocupação das organizações em contar com funcionários eficientes e motivados tem conduzido as organizações públicas a buscar alternativas no modelo da competência para a gestão de pessoas (BARONI; OLIVEIRA, 2006, p. 8). Sobre esse aspecto, a Gestão do Conhecimento e o Capital Intelectual são temas que ganham relevância, hodiernamente, assim como a aprendizagem que ocorre nas organizações, em função de um cenário de constantes mudanças, exigindo das empresas uma atuação competitiva no mercado em que se inserem. (QUEIROZ; SCORSOLINI-COMIN, 2011). Em consonância, a profissionalização da função pública esteve condicionada muitas vezes aos parâmetros da eficiência empresarial, e essa lógica foi refletida nos programas de capacitação dos funcionários públicos de forma nem sempre adequada (BARONI; OLIVEIRA, 2006, p. 01.), porquanto, segundo Queiroz e Scorsolini-comin (2011), as pessoas e as organizações se desenvolvem por meio da aplicação de sistemas educativos que visam à implementação de uma cultura de aprendizagem contínua e da mudança de comportamento.

O Decreto nº 5.707 de 23/02/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei no 8.112, ofereceu o respaldo legal para que o serviço público se moldasse aos novos paradigmas organizacionais exigidos pelo mundo moderno, sem que, no entanto, fugisse ao princípio da Legalidade, que é fundamento do Estado democrático de direito. Nesse decreto, cujo estudo aprofundado não é objetivo precípuo deste trabalho, podemos destacar o Artigo 1º, incisos I, II e III e o Artigo 3º, cujos teores possibilitam ao Servidor e às Instituições a mobilizar a competência das organizações, para lidar de uma forma proativa com o desenvolvimento de seu pessoal (BARONI; OLIVEIRA, 2006, p. 10). Weber, Zanetti e Melo (2013, p.61) complementam e corroboram, afirmando que os dispositivos legais acerca do desenvolvimento do pessoal da administração pública federal estão fundamentadas no tripé estratégico de gestão por competência, democratização das relações de trabalho e qualificação intensiva de uso de tecnologia da informação.

Não obstante, Frigotto (1995 apud THOMÁS JÚNIOR, 2000, p. 4-5) alertam que, “na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho, [ou seja] a fim de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital”. Weber, Zanetti e Melo (2013) reforçam o pensamento de Baroni e Oliveira (2006), asseverando que esses dispositivos levaram a uma mobilização das organizações públicas, entre elas as IFES, no sentido de aperfeiçoarem seus processos de capacitação, avaliação de pessoal e dimensionamento de quadro de trabalho.

Segundo propõem Quelhas, Faria Filho e França (2005), nesse cenário em que se desenham as políticas públicas de qualificação dos Servidores Públicos Federais, os mestrados profissionais compõem uma oportunidade de aproximação entre os trabalhos conduzidos pela universidade, às demandas espontâneas ou induzidas existentes no campo social e profissional, soluções tecnológicas, sociais e estruturadoras do conhecimento no profissional.

3.1 Mestrados Profissionais e Qualificação dos Servidores Públicos Federais

De acordo com Guimarães (2000), na gestão por competências, as competências humanas e profissionais compreendem conhecimentos, habilidades e atitudes, que são vistas nos comportamentos expressos das pessoas no trabalho, compondo as partes estruturadoras do desempenho profissional. Com efeito, a qualidade desse desempenho tem sido constantemente buscada nos MP, que têm oferecido as condições para o atendimento dos desafios internos e externos às instituições Públicas, de seus servidores e de segmentos da sociedade, que buscam, na Educação continuada, e em particular nessa modalidade de Pós Graduação, a ampliação de seus conhecimentos, o aperfeiçoamento de suas habilidades e uma efetiva mudança de suas atitudes, tanto para com a sociedade, como para a instituição da qual é parte integrante. Assim os MP contribuem, política e socialmente, com o desenvolvimento das competências humanas e do desempenho profissional.

Os MP conferem aos estudantes prerrogativas e grau idêntico aos mestrados acadêmicos, inclusive o exercício da docência (MELO; OLIVERA, 2005) e inserção do pós-graduando na pesquisa (RIBEIRO, 2008). Dessa forma, podemos inferir que a docência e a pesquisa são duas importantes habilidades adquiridas pelo pós-graduando ao término do curso. Aplicando aos servidores públicos, os MP ampliam as oportunidades destes, pois estarão capacitados a exercer atividades correlatas à docência, além de permitir um pensamento mais analítico e científico às questões inerentes à sua atuação, como acentuam Quelhas, Faria Filho e França (2005, p. 99): “não se trata, como na especialização, de apenas

melhorar a qualificação do profissional, mas sim de melhorá-la com aplicabilidade concreta e específica que mude o patamar do conhecimento existente naquele campo.”

Nesse sentido, Guimarães (2000) pontua que um dos maiores patrimônios de uma organização é o conhecimento que esta possui e que processos de aprendizagem e criação de condições para concepção do conhecimento começa no nível individual. Torna-se portanto indispensável a consolidação de políticas públicas voltadas para Programas de Pós-graduação que permitam aos Servidores Públicos, complementa Brandão & Guimarães (1999, op.cit., 2000) o desenvolvimento de competências individual e coletiva, envolvendo, as dimensões de assimilação de conhecimentos, integração de habilidades e adoção de atitudes relevantes para um contexto organizacional específico ou à obtenção de alto desempenho no trabalho.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: O CAMPO E O MÉTODO

O estudo é classificado quanto aos meios como uma pesquisa documental, que é definido por Marconi e Lakatos (2003) como uma pesquisa cuja fonte de dados são documentos feitos no momento que o fenômeno ocorre ou depois. Neste estudo, as fontes de informação são os Currículos Lattes dos estudantes egressos, o que justifica o caráter documental do trabalho.

Quanto aos fins, a pesquisa é classificada como exploratória e descritiva. Prodanov e Freitas (2013) explicam que as pesquisas exploratórias quando esta se encontra na fase preliminar, com a finalidade de se obter mais informações sobre o fenômeno estudado, característica do presente trabalho. A pesquisa também é descritiva, pois, de acordo com Gil (1999), tais pesquisas têm como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno por meio do estabelecimento e relação entre variáveis

A unidade de análise é composta pelos estudantes egressos do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC), que pertenceram às turmas dos anos de 2007 a 2014. Foi realizado um levantamento dos dados profissionais e acadêmicos dos currículos Lattes de todos os egressos, portanto, trata-se de uma pesquisa censitária. As informações retiradas da plataforma dizem respeito à área de atuação, produção de pesquisa, antes ou depois do mestrado, e o ingresso no doutorado, como forma de desenvolvimento na carreira. O levantamento foi realizado no período de 15 a 22 de junho de 2016.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção, serão destacados os resultados encontrados de acordo com os objetivos do trabalho, que é identificar as principais contribuições do Mestrado POLEDUC à carreira profissional do pós-graduando. Inicialmente, é apresentado um levantamento demográfico por gênero, cargo e instituição dos mestrandos que compõem o escopo da pesquisa. Em seguida, são evidenciados os aspectos contributivos do mestrado na carreira dos estudantes.

5.1 O Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior

Criado pela resolução nº 12/Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), de 28 de setembro de 2005, e ratificado na Resolução nº 09/Conselho Universitário (CONSUNI), de 30 de setembro de 2005, na Gestão do Magnífico Reitor Professor René Teixeira Barreira, o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) compõe um dos 10 cursos de Mestrado Profissional, dentre os 67 cursos de Mestrado Strictu sensu da Universidade Federal do Ceará (UFC), que, segundo PRPPG (2005), tem como eixos de formação a pesquisa e a prática docente e discente, no desenvolvimento de trabalhos que

contribuem para o acervo bibliográfico e técnico de alto nível, sobre políticas públicas e gestão da educação superior.

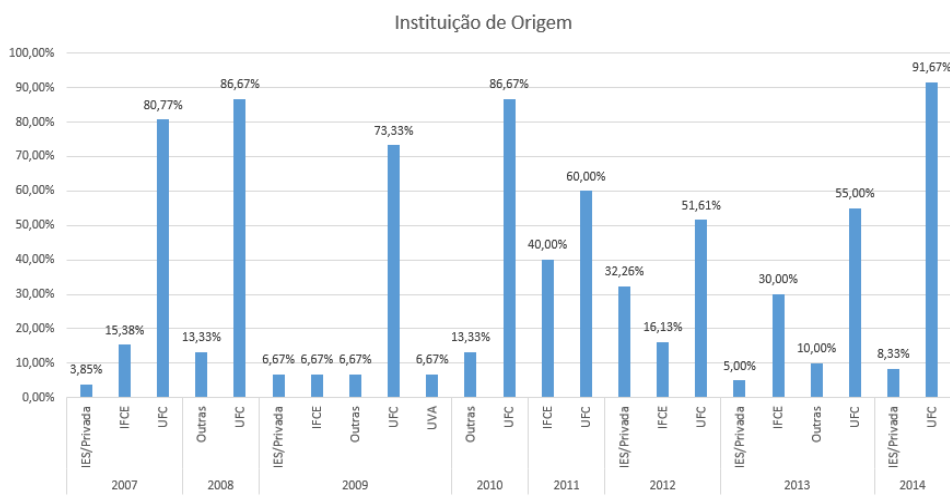
A pavimentação institucionalizada da trajetória multidisciplinar para a interdisciplinar que orienta o percurso do POLEDUC baseia-se na própria abordagem sistêmica que deve presidir uma administração contemporânea (PRPPG, 2005), alinhando-se à missão institucional da UFC de “formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, [...] constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil.” (BRASIL, 2015, p.13). Entenda-se aqui a interdisciplinaridade como a relação de reciprocidade e mutualidade que pressupõem uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento, segundo propõe Philippi Jr. e Silva Neto (2011, apud MIRANDA, NOVAES E AVELAR, 2013). É a substituição de uma concepção fragmentada por uma concepção unitária, sem dúvida de difícil construção, mas a expectativa de resultados consistentes e aplicáveis norteia o caminho (MIRANDA; NOVAES; AVELAR, 2013, p 462) do POLEDUC da UFC.

5.2 Análise dos egressos na perspectiva acadêmica

No período de 2007 a 2014, ingressaram 154 estudantes no POLEDUC. Do total, 5 estão concluindo suas dissertações (a última turma tem prazo de defesa neste ano), 4 cancelaram as matrículas no curso e 4 não concluíram a dissertação/não constam entre os registros de dissertações defendidas no sítio eletrônico do Mestrado POLEDUC.

O levantamento realizado constatou que as mulheres representam maioria dos estudantes, com 102 mestrandos (66,23%), e os homens com 52 mestrandos (33,77%). As mulheres são maioria em todas as turmas, o que indica um maior interesse ou maior busca das mulheres, resultado que está ao encontro de pesquisas nacionais que atestam a prevalência do gênero feminino na pós-graduação (TOKARNIA, 2013).

Em relação à origem dos estudantes, 69,96% são funcionários da própria instituição, a Universidade Federal do Ceará, o que demonstra que o mestrado tem contribuído com a política de qualificação dos servidores, ainda que o curso seja destinado a outras instituições na área de educação superior, pública ou privada. Apesar disso, há um longo caminho a ser percorrido, visto que apenas 15,6% dos TAE da UFC possuem mestrado e/ou doutorado, enquanto 54% têm graduação e/ou especialização, tornando-os potenciais alunos (UFC, 2016). A majoritariedade da UFC, no entanto, vem caindo nos últimos anos, como pode ser observado no gráfico 1.



Pelo gráfico 1, nota-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) tem aumentado significativamente sua participação ao longo dos anos. Na última seleção do mestrado, turma 2016, dos 17 alunos aprovados, 11 são do IFCE. Tal aumento pode ser justificado pela imagem positiva dos mestrados perante o curso e pela flexibilidade de horário, que facilita e incentiva mais servidores a participar, inclusive do interior, onde há forte presença do IFCE.

No total, 115 estudantes (74,6%) são Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e 12 (7,79%) são docentes de universidades ou institutos federais, ou seja, mais 80% dos mestrados estão ligados à carreira do ensino superior público, fato que mostra que o curso realizado pela UFC traz retorno para sua própria esfera de atuação. Dado o caráter de pesquisa relacionado ao Mestrado Profissional, a formação de servidores públicos em tais mestrados capacita-os para a adoção de pensamento científico e analítico diante das atividades cotidianas. Essa ampliação do pensamento é primordial na promoção de cultura de planejamento e análise de políticas implantadas, pois liberta o servidor da teia de atividades estritamente burocrática em que o apego às normas supera a capacidade do indivíduo de exercer a crítica, o questionamento e a mudança.

A análise do perfil profissional também revelou que 121 egressos (78,57%) fizeram especialização antes do ingresso, com equilíbrio de proporção entre homens e mulheres. É positivo destacar esse elevado percentual entre os egressos. Tendo em vista que os cargos dos estudantes exigem no máximo graduação, o percentual indica a busca desses por qualificação profissional além do exigido, independentemente de suas motivações, que podem ser financeiras (incentivo à qualificação), carreira ou ambas.

Não obstante a possibilidade de realização de pesquisas durante o curso, visto que a figura do pesquisador é prerrogativa dos futuros mestres, verificou-se que apenas 44% dos mestrados apresentaram algum tipo de produção científica durante seu tempo de curso, e apenas 31,16% publicaram após o mestrado, que incluiu, principalmente, artigos para eventos científicos, seminários ou capítulos de livros. Um dos fatores que podem explicar o percentual consiste no fato de os estudantes conciliarem as obrigações do mestrado e do serviço profissional realizado no âmbito de seus setores. Outro fator que agrava a situação é a pouca experiência anterior dos mestrados com pesquisa de produção de artigos, que foi constatado no levantamento do currículos dos egressos. Embora os mestrados profissionais não tenham função primordial de formar pesquisadores, conforme explicado em seção anterior, é constante nas pós-graduações a produção científica.

Outro ponto em questão na pesquisa é a continuidade do egresso nas atividades acadêmicas uma vez encerrado o mestrado. Tal questão foi verificada de dois modos: a primeira é a taxa de egressos que cursaram ou estão cursando doutorado, pois o ingresso de um aluno no doutorado é um fator muito positivo para um curso de mestrado; e a taxa de egressos que exercem atividades de docência, tendo em vista que a atividade docente é prerrogativa de quem cursou mestrado ou doutorado, conforme abordado anteriormente.

Verificou-se que apenas 7,14% dos egressos cursaram ou estão cursando o doutorado, taxa esperada diante do índice de produção após conclusão do curso (31,16%), visto que a produção científica está diretamente relacionada aos cursos de doutorado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

. O propósito do artigo foi analisar o perfil dos egressos do Mestrado em Políticas e Gestão da Educação Superior (POLEDUC) realizado pela Universidade Federal do Ceará, curso de pós-graduação voltado a pessoas que trabalham em instituições de ensino superior, público ou privada. Por meio de um levantamento de dados dos egressos na plataforma Lattes, extraíram-se as principais informações demográficas e de carreiras dos estudantes.

Os estudantes do POLEDUC são compostos majoritariamente por servidores públicos federais, dessa forma, o curso é uma excelente forma de garantir uma melhor qualificação dos funcionários. No caso da UFC e IFCE, o número de servidores provenientes do interior é crescente, indicando um avanço na ampliação de oportunidades de qualificação também para os agentes públicos atuantes na interiorização universitária. Na turma que ingressou em 2016, cerca de 50% são oriundos de campi da UFC e IFCE do interior. No entanto, ainda há necessidade de mais instrumentos que facilitem o acesso desses a cursos de pós-graduação, presentes quase na totalidade na capital.

O curso é composto, na sua maioria, por mulheres (67,8%), seguindo uma tendência nacional, conforme observado por Tokarnia (2016). A maioria também possui cursos de especialização, ou seja, qualificação acima do exigido para seus cargos. No entanto, por ser um estudo documental, não é possível definir que fatores influenciam na realização da especialização, visto que há influência de fatores financeiros, pessoais ou ambos.

O perfil profissional indicou que a produção científica dos egressos é inferior a 50%, índice que diminui ainda mais quando são retirados os egressos docentes. Após a conclusão do curso, o percentual de egressos diminui ainda mais, tendência que influencia o baixo índice de egressos no doutorado (8,21%). Em relação à atividade de docência, o índice entre egressos da carreira técnico-administrativa. Mais uma vez, o estudo, por ser documental, tem como limitação a impossibilidade de avaliar as motivações e perspectivas de carreira na visão do próprio egresso. Por ser um estudo inicial e preliminar, tais limitações serão pesquisadas em estudos posteriores, com acesso direto aos egressos. Dessa forma, será possível observar quais as principais razões levaram-nos ao ingresso no mestrado e e os motivos para não cursar doutorado ou exercer atividade docente, assim como identificar

Visto que o estudo analisou os egressos sob a perspectiva acadêmica, sugere-se também que estudos posteriores identifiquem as oportunidades apresentadas aos egressos após a conclusão do mestrado, na perspectiva da gestão na instituição, pois é esperado que o mestrado profissional promovam qualificação de alto nível a seus estudantes e que as instituições onde estes trabalham aproveitem tal qualificação para a profissionalização e aperfeiçoamento de suas atividades.

Os mestrados profissionais cresceram os últimos anos, inclusive programas com servidores públicos como público-alvo. Atualmente, é positivo destacar que muitos servidores têm mais oportunidades de estender sua qualificação. A eles, cabe a consciência de transformar o conhecimento e visão crítica adquirida em instrumentos para melhorar os serviços ao cidadão. Às instituições, cabe a responsabilidade em implantar e aperfeiçoar um modelo de gestão de pessoas que valorize as qualificações e a competências de seus servidores.

REFERÊNCIAS

BARONI, Margaret; OLIVEIRA, José Mendes de. Desenvolvimento profissional e mobilização de competências no setor público. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11., 2006, Guatemala. Anais... . Guatemala: Clad, 2006. p. 1 - 18.

BARROS, Elionora Cavalcanti de; VALENTIM, Márcia Cristina; MELO, Maria Amélia Aragão. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. RBPG:

Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 2, n. 4, p.124-138, jul. 2005. ISSN (impresso): 1806-8405 ISSN (on-line): 2358-2332.

BITTENCOURT, Maryângela Aguiar; ZOUAIN, Deborah Moraes. Escolas de Governo e a Profissionalização do Servidor Público: Estudo dos Casos da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas – ESPEA e da Fundação Escola de Serviço Público Municipal de Manaus - FESPM. Adm.made: Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.75-94, set. 2010. ISSN: 1518-9929.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Ministério da Educação. Capes lança Plataforma Sucupira para gestão da pós-graduação. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/fhk6na>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública Diário Oficial da União. 40. ed. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 24 fev. 2006. Seção 1, p. 3-4.

BRASIL. Parecer nº 977/65, de 03 de dezembro de 1965. DEFINIÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO. Definição dos Cursos de Pós-graduação.... Brasília, DF,

BRASIL. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. Brasília, DF.

BRASIL. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Diário Oficial da União. 248. ed. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 29 dez. 2009. n. 248, Seção 1, p. 20-21.

BRASIL. PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO - UFC. Ministério da Educação. Anuário Estatístico 2015. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Hu1kAw>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GIACOMAZZO, Graziela; LEITE, Denise. O Mestrado Profissional no Âmbito das Políticas Públicas na Educação: reflexões sobre a produção do conhecimento científico. Etd - Educação Temática Digital Campinas, Campinas, v. 16, n. 3, p.475-493, dez. 2014. Quadrimestral. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GUIMARÃES, Tomas Aquino. A nova administração pública e a abordagem da competência. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 125-140, maio/jun. 2000.

MELO, Kátia Valéria Araújo; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Origens e desenvolvimento institucional de Origens e desenvolvimento institucional de um mestrado profissional estrado profissional. R B P G: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 2, n. 4, p.105-123, jul. 2005.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Réplica 2 - Mestrado Profissional, Você Sabe Com Quem Está Falando? RAC: Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 14, n. 2, p.367-371, Mar./Abr.2010.

MIRANDA, Maria Geralda de; NOVAES, Ana Maria Pires; AVELAR, Kátia Eliane Santos. Mestrado profissional interdisciplinar em desenvolvimento local: uma proposta inovadora. R B P G - Revista Brasileira de Pós Graduação: Experiências, Brasília, v. 10, n. 19, p.451-474, jul. 2013.

MORGADO, Cláudia do Rosário Vaz et al. Mestrado Profissional: reflexões e proposições para sua avaliação e sustentabilidade. In: FÓRUM NACIONAL DOS MESTRADOS PROFISISONAIS, 7., 2011, Florianópolis. Documento aprovado na Assembleia Ordinária do FOPROF em Florianópolis, 9 de novembro de 2011. Florianópolis: FOPROF, 2011. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://goo.gl/q8qf1S>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de et al. Influência dos Incentivos à Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de São João Del Rei. Teoria e Prática em Administração, Paraíba, v. 5, n. 1, p.183-203, jun. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo - Rs: Universidade FEEVALE, 2013. 276 p. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em: <<https://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Acesso em: 23 maio 2016.

PRPPG, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós Graduação. Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Fortaleza: UFC, 2005.

QUEIROZ, Juliana Vieira; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. A percepção de alunos sobre o módulo de capital intelectual e gestão de pessoas em um curso de MBA na modalidade a distância. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.92-105, Jan/Jun 2011. ISSN: 2236-417X.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. A universidade como disputa da reprodução social: contribuição ao debate sobre os mestrados profissionais. R B P G: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 7, n. 14, p.433-450, dez. 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. R B P G: Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, v. 2, n. 4, p.8-15, jul. 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Qualificação do Trabalho: Adestramento ou Liberdade?. Pegada, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-15, jul. 2000. Semestral.

TOKARNIA, Mariana. Mulheres com mestrado ganham menos do que homens com mesma titulação. Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, 2013. Disponível em:<<http://goo.gl/0sSI83>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35., 2015, Fortaleza. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: Perspectivas Globais para

a Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: Abrepo, 2015. 11 p. Disponível em: <<http://goo.gl/wBhIcm>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

WEBER, Josane Gomes; ZANETTI, Marcia Cristina Valle; MELO, Maria Angela Campelo de. Capacitação e Avaliação dos Servidores Técnico Administrativos em Educação da UFJF a partir da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal PNDP: uma análise a partir dos servidores. Revista Gestão Pública Práticas e Desafios, Recife, v. 4, n. 2, p.57-78, out. 2013.